

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de junho de 2023 às 07h53
Seleção de Notícias

O Globo Online | BR

Direitos Autorais | Direito da Personalidade

Justiça condena jornalista a pagar indenização por chamar mulher trans de 'cara'	3
<small>O GLOBO</small>	

IstoÉ Online | BR

Pirataria

Patente unitária europeia entra em vigor para facilitar proteção à propriedade intelectual	4
<small>ÚLTIMAS</small>	

Agência Câmara | BR

ABPI

Comissão vai debater necessidade de atualizações na Lei de Direito Autoral - Notícias	6
<small>NOTÍCIAS FAVOR</small>	

Fator Brasil - Online | BR

ABPI

INPI anuncia plano de conceder patentes em apenas dois anos	7
-------------------------------------------------------------------	---

Justiça condena jornalista a pagar indenização por chamar mulher trans de 'cara'

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a jornalista Madeleine Lacsco por danos morais contra mulher transgênero após uma postagem numa rede social, em julho de 2021. Segundo a ação, a jornalista se referiu a influencer Rebecca Gaia utilizando o termo masculino "cara", o que, no entendimento da 4ª Turma Cível Cível e Criminal do Colégio Recursal de Itapeverica da Serra, se caracterizou como transfobia, sendo passível de danos morais e indenização no valor de R\$ 3 mil

"Essa conduta por si só já é suficiente pra concluir que houve grave violação dos **direitos** da personalidade da recorrente, resultando em sua humilhação perante os usuários das redes sociais", pontuou o relator do acórdão, juiz Filipe Mascarenhas Tavares.

O magistrado também ressaltou que a postura da profissional de comunicação se manteve nos documentos juntados aos autos, questionando o uso de pronomes e termos femininos nas referências à re-

corrente, o que corroborou para a condenação. Decisão cabe recurso.

"As pessoas trans são sujeitos de direitos, protegidos pelo princípio da dignidade da pessoa humana. Possuem direitos inerentes à sua personalidade, como o direito à intimidade e ao próprio corpo. A identidade de gênero é uma escolha pessoal, que surge dentro do âmbito subjetivo e é resultado da autonomia individual. Isso significa que cada pessoa tem o direito de decidir o que é melhor para si mesma, sendo essa uma responsabilidade exclusiva do próprio indivíduo", concluiu.

Segundo o TJ, a ação originária foi movida pela própria jornalista, que obteve indenização por danos morais pelo fato de Rebecca, após ter sido vítima da referida transfobia, acusá-la de racismo contra outro usuário. No recurso, por maioria de votos, os julgadores reduziram o valor desta para R\$ 1,5 mil. Além disso, as postagens de ambas deverão ser excluídas pela rede social, sob pena de multa diária em caso de descumprimento da decisão.

Patente unitária europeia entra em vigor para facilitar proteção à propriedade intelectual

ÚLTIMAS

A **patente** unitária europeia, que entrou em vigor nesta quinta-feira (1), buscará validar e defender a propriedade intelectual de maneira simultânea em 17 países europeus, por meio de uma redução de custos, porém sob a condição de que pesquisadores e empresas a apliquem.

"O novo sistema é uma revolução para as empresas que apresentam **patentes**", disse à AFP Marie-Claude Pellegrini, conselheira em propriedade intelectual do gabinete Withers & Rogers em Paris.

"Oferecerá uma evolução significativa na cobertura geográfica de proteção da **propriedade** intelectual, ao simplificar a gestão administrativa, ao reduzir os custos e, sobretudo, ao centralizar os contenciosos", manifestou.

Desde 1977 existe uma patente europeia e tanto as solicitações como seus exames são realizados no Escritório Europeu de Patentes (OEP), com sede em Munique (Alemanha).

Porém, o processo, além de ser muito longo - 3 anos em média - necessita ser validado "em cada um dos 39 países do OEP" para uma proteção completa, destacou Russell Edson, também da White & Rogers.

"Alguns países exigem traduções, há custos e trâmites em cada país", acrescentou.

Assine nossa newsletter:

Inscriva-se nas nossas newsletters e receba as principais notícias do dia em seu e-mail

Os contenciosos, por sua vez, devem ser resolvidos nos tribunais de cada país, o que ocasiona pro-

cedimentos e custos pesados, e leva a decisões contraditórias em alguns casos.

A patente europeia unitária busca facilitar o processo. Entre os 17 primeiros países voluntários para lançá-la estão Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Eslovênia e Suécia.

Nem Espanha, Polônia e Reino Unido aderiram.

O sistema unitário se soma aos sistemas de patentes nacionais e europeia atuais e cada país é livre para aderir ou não.

A entrada em vigor da patente unitária constitui uma "etapa histórica na conclusão do mercado interno da União Europeia", indicou o OEP em um comunicado.

As taxas de manutenção das patentes pagas diretamente ao OEP serão reduzidas para "5.000 euros (R\$ 27.100), frente aos quase 30.000 (R\$ 162.000) atuais", segundo o organismo, que publicará o primeiro lote de patentes unitárias em 7 de junho.

- "Jurisdição unificada" -

O novo sistema também cria uma jurisdição unificada da patente (JUP) para solucionar os litígios e contenciosos, uma espécie de tribunal europeu de patentes.

A sede dessa jurisdição será em Paris, com um departamento em Munique e divisões locais em cada país, integradas por juízes de diversas nacionalidades.

"A defesa será mais fácil, se tem um litígio na Itália,

Continuação: Patente unitária europeia entra em vigor para facilitar proteção à propriedade intelectual

poderá criar jurisprudência em outro país", se entusiasma Laurent Tonnelier, presidente da Movilead, empresa especializada na autenticação de produtos de grande consumo, que obteve diversas patentes.

"Esse sistema me anima claramente: teremos melhor visibilidade, menores custos e as pequenas empresas disporão de mais recursos para se defenderem das **falsificações**", declarou à AFP.

"Quando é uma empresa pequena e considera que estão te copiando é muito difícil de se defender contra uma grande empresa que utiliza escritórios [de advocacia] de prestígio e equipes de advogados especializados", explica.

O sistema também prevê criar "mediadores" que "analisarão cada portfólio, inclusive os das pequenas e

médias empresas". As sedes do centro de **mediação** e **arbitragem** ficarão localizados em Lisboa e Liubliana.

Um dos inconvenientes do sistema é, no entanto, que os grandes atores - como as farmacêuticas - irão preferir permanecer no sistema europeu clássico, sobretudo quando sua atividade se basear em uma patente-chave, admite Edson, da White & Rogers.

"Mesmo que seja mais caro, algumas empresas não querem entrar no sistema, para evitar o risco de ver uma patente ser anulada em 17 países de uma vez só, quando um adversário os atacar na JUP", exemplifica.

im/uh/clc/sag/mb/dd/aa

Comissão vai debater necessidade de atualizações na Lei de Direito Autoral - Notícias

NOTÍCIAS

Educação, cultura e esportes

Social - Entrevistas;

Comissão vai debater necessidade de atualizações na Lei de **Direito** Autoral

- representante da União Brasileira de Compositores (UBC);

0

- a representante da Associação Brasileira de **Direito** Autoral (ABDA) Mariana Rodrigues de Carvalho Mello;

Comentários

01/06/2023 - 16:33 Â

- representante da Associação Brasileira de Música e Artes (Abramus);

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Lídice da Mata é relatora de projeto de lei sobre o tema que tramita na Comissão de Cultura

- a coordenadora da Comissão de Estudo de **Direito** Autoral e **Direitos** da Personalidade da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (**ABPI**), Daniela Camara Colla;

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados promove audiência pública na próxima terça-feira (6) sobre a necessidade de atualizações na Lei de **Direito** Autoral. O requerimento para realização do debate foi apresentado pela deputada Lídice da Mata (PSB-BA).

- o representante do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) Mário Sérgio Machado de Campos;

Ela é relatora do Projeto de Lei 5542/20, que garante pagamento de **direitos** autorais a músicos acompanhantes e arranjadores. "Por displicência ou desinformação, milhares de músicos não recebem direito conexo e nem constam no cadastro utilizado pelo Ecad", destacou a deputada.

- representante da Associação de Produtores de Cinema da Bahia (APC);

Foram convidados para o debate, entre outros:

- representante da Ordem do Advogado do Brasil - OAB Nacional.

A reunião ocorre às 9h30, no plenário 10.

Confira a lista completa de convidados.

Da Redação - GM

- representante do Coletivo Brasil de Comunicação

INPI anuncia plano de conceder patentes em apenas dois anos

O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**) anunciou um plano do atual governo de reduzir os prazos de **concessão** de patentes para apenas dois anos no dia 25 de maio de 2023 (quinta-feira). A data seria considerada a partir do depósito do pedido da patente pretendida. O comunicado foi feito pelo presidente do **INPI** e pelo diretor de patentes da autarquia em uma reunião virtual realizada com os representantes das principais entidades nacionais de estudos e profissionais de propriedade intelectual.

Estiveram no evento, os advogados Gabriel Leonardos, Presidente da Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual (**ABPI**), e Rosane Tavares, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI), do escritório Kasznar Leonardos, que, junto às entidades presentes, aplaudiram a proposta e debateram os art. 32 e 33 da Lei de Propriedade Industrial (LPI Lei nº 9.279, de 14.05.1996). O segundo citado, assegura ao depositante o prazo máximo de 36 meses para requerer o exame. Ou seja, uma solução para preservar essa

prerrogativa dos depositantes seria estabelecer como meta que a decisão de mérito do **INPI** fosse prolatada em até dois anos a partir do requerimento de exame, e não do depósito, e os depositantes já podem requerer o exame junto com a petição de depósito da patente, e isso seria preservado.

Este fator seria importante para aquelas empresas que desejam e precisam que seu pedido de patente seja deferido o mais breve possível. Tendo em vista que a demora média para que uma decisão de mérito pelo **INPI** seja proferida ao longo de 2022, estava em 49 meses contados do requerimento de exame.

No entanto, uma preocupação decorre do art. 32, que determina que a apresentação de emendas voluntárias a pedidos de patente só é possível se o requerente as apresentar até o momento do requerimento do exame. Isso significa que, o quanto antes o exame for requerido, menor será o prazo para que o depositante ajuste o pedido através de emendas voluntárias.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais | **Direito da Per-**
sonalidade

3, 6

Propriedade Intelectual

4, 7

Pirataria

4

Patentes

4, 7

ABPI

6, 7

Direitos Autorais

6

Marco regulatório | **INPI**

7